

Zogbi Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 74.533.787/0001-93

Sede: Cidade de Deus - Prédio Novíssimo - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Apresentamos a V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Zogbi Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Zogbi Leasing), elaboradas na forma da Legislação Societária, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

No exercício, a Zogbi Leasing registrou Lucro Líquido de R\$ 14,978 milhões, correspondente a R\$ 117,29 por lote de mil ações, Patrimônio Líquido de R\$ 280,583 milhões e Ativos Totais de R\$ 289,778 milhões.

Osasco, SP, 27 de janeiro de 2010.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

ATIVO	2009		2008		PASSIVO	2009		2008	
CIRCULANTE	288.682	274.836	274.836	288.682	CIRCULANTE	8.939	9.742	9.742	8.939
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	22	108	108	22	OUTRAS OBRIGAÇÕES	8.939	9.742	9.742	8.939
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	266.444	265.529	265.529	266.444	Sociais e Estatutárias	142	172	172	142
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	266.444	265.529	265.529	266.444	Fiscais e Previdenciárias (Nota 9a)	8.690	9.503	9.503	8.690
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS					Diversas (Nota 9b)	107	67	67	107
FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6a)	22.072	9.052	9.052	22.072	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	256	428	428	256
Carteira Própria	21.740	4.166	4.166	21.740	OUTRAS OBRIGAÇÕES	256	428	428	256
Vinculados à Prestação de Garantias	332	4.886	4.886	332	Fiscais e Previdenciárias (Nota 9a)	228	387	387	228
OUTROS CRÉDITOS	144	147	147	144	Diversas (Nota 9b)	28	41	41	28
Diversos (Nota 7)	144	147	147	144	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	280.583	265.747	265.747	280.583
OUTROS VALORES E BENS	-	-	-	-	Capital:				
Outros Valores e Bens	76	77	77	76	- De Domiciliados no País (Nota 10a)	172.000	172.000	172.000	172.000
Provisões para Desvalorizações	(76)	(77)	(77)	(76)	Reservas de Lucros (Nota 10b)	108.583	93.747	93.747	108.583
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.096	1.081	1.081	1.096	TOTAL	289.778	275.917	275.917	289.778
OUTROS CRÉDITOS	1.096	1.081	1.081	1.096					
Diversos (Nota 7)	1.096	1.081	1.081	1.096					
TOTAL	289.778	275.917	275.917	289.778					

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

	Exercícios findos em		
	2º Semestre 2009	31 de dezembro 2009	31 de dezembro 2008
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	11.995	26.558	31.013
Operações de Crédito	1	86	100
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6b)	11.994	26.472	30.913
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	11.995	26.558	31.013
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(640)	(1.635)	(2.036)
Outras Despesas Administrativas (Nota 11)	(80)	(345)	(461)
Despesas Tributárias (Nota 12)	(560)	(1.233)	(1.454)
Outras Receitas Operacionais (Nota 13)	44	191	68
Outras Despesas Operacionais (Nota 13)	(44)	(248)	(189)
RESULTADO OPERACIONAL	11.355	24.923	28.977
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	-	-	26
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	11.355	24.923	29.003
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 15)	(4.530)	(9.945)	(10.865)
LUCRO LÍQUIDO	6.825	14.978	18.138
Número de ações (Nota 10a)	127.699.786	127.699.786	127.699.786
Lucro por lote de mil ações em R\$	53,45	117,29	142,04

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil

	Exercícios findos em		
	2º Semestre 2009	31 de dezembro 2009	31 de dezembro 2008
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	11.355	24.923	29.003
Ajustes ao lucro líquido antes dos impostos:	2	(86)	44
Despesas com Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	2	(86)	44
Lucro Líquido Ajustado	11.357	24.837	29.047
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(11.029)	(915)	(7.608)
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	574	(13.020)	(3.096)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(13)	(34)	(121)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(10)	153	(8.933)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(695)	(10.935)	(9.184)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado das Atividades Operacionais	184	86	105
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:			
Dividendos Pagos	(172)	(172)	-
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamento	(172)	(172)	-
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	12	(86)	105
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Início do Período	10	108	3
Fim do Período	22	22	108
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	12	(86)	105

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social						
	Capital Social Realizado	Aumento de Capital	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Totais
	Legal	Estatutárias					
Saldos em 30.6.2009	172.000	-	-	7.832	93.991	-	273.823
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	6.825	6.825
Destinações: - Reservas	-	-	-	341	6.419	(6.760)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	(65)	(65)
Saldos em 31.12.2009	172.000	-	-	8.173	100.410	-	280.583
Saldos em 31.12.2007	170.600	-	1.270	6.517	69.394	-	247.781
Aumento de Capital com Reservas	-	1.400	(1.270)	-	(130)	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	18.138	18.138
Destinações: - Reservas	-	-	-	907	17.059	(17.966)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	(172)	(172)
Saldos em 31.12.2008	170.600	1.400	-	7.424	86.323	-	265.747
Saldos em 31.12.2008	170.600	1.400	-	7.424	86.323	-	265.747
Homologação de Aumento de Capital	1.400	(1.400)	-	-	-	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	14.978	14.978
Destinações: - Reservas	-	-	-	749	14.087	(14.836)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	(142)	(142)
Saldos em 31.12.2009	172.000	-	-	8.173	100.410	-	280.583

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil

Descrição	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2009	%	2009	%	2008	%
1 - RECEITAS	11.995	100,7	26.501	101,3	30.918	101,5
1.1) Intermediação Financeira	11.995	100,7	26.558	101,5	31.013	101,8
1.2) Outras	-	-	(57)	(0,2)	(95)	(0,3)
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(80)	(0,7)	(345)	(1,3)	(461)	(1,5)
Serviços de Terceiros	-	-	(101)	(0,4)	(8)	-
Outras	(80)	(0,7)	(244)	(0,9)	(453)	(1,5)
Donativos e Contribuições Patronal	-	-	(61)	(0,2)	(284)	(0,9)
Publicação	(63)	(0,5)	(108)	(0,4)	(127)	(0,4)
Serviços Técnicos Especializados	(13)	(0,1)	(39)	(0,2)	(29)	(0,1)
Serviços do Sistema Financeiro	(4)	(0,1)	(8)	-	(8)	-
Outras	-	-	(28)	(0,1)	(5)	(0,1)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	11.915	100,0	26.156	100,0	30.457	100,0
4 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	11.915	100,0	26.156	100,0	30.457	100,0
5 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	11.915	100,0	26.156	100,0	30.457	100,0
5.1) Impostos, Taxas e Contribuições	5.090	42,7	11.178	42,7	12.319	40,4
Federal	5.090	42,7	11.178	42,7	12.319	40,4
5.2) Remuneração de Capitais Próprios	6.825	57,3	14.978	57,3	18.138	59,6
Dividendos	65	0,6	142	0,6	172	0,6
Lucros Retidos	6.760	56,7	14.836	56,7	17.966	59,0

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Continua...



Zogbi Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 74.533.787/0001-93

Sede: Cidade de Deus - Prédio Novíssimo - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Zogbi Leasing S.A. Arrendamento Mercantil tem como objetivo, exclusivamente, a prática das operações de arrendamento mercantil, observadas as disposições da legislação em vigor. É parte integrante da Organização Bradesco, sendo suas operações conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiro e de capitais, utilizando-se dos recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos, e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), para a contabilização das operações, associadas às Normas e Instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. Incluem estimativas e premissas, como a mensuração de perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - *impairment* de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

As alterações introduzidas, respectivamente, pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), não produziram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Instituição.

3) PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Organização Bradesco.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro-rata" dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em ouro, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários

Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda - que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e

Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é registrada na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias".

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A partir de 1º de maio de 2008 a contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas financeiras (até 30 de abril de 2008 a alíquota era de 9%, sendo que o cálculo no exercício de 2008 foi efetuado de acordo com as normas específicas emitidas pelas autoridades tributárias).

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

De acordo com a Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), as modificações no critério de reconhecimento de receita, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição - RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção da Lei nº 11.638/07 estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

g) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - (*impairment*)

Os valores dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para a venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revisados no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável - *impairment*, que é reconhecida no resultado do exercício se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa exceder seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

h) Ativos e Passivos contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.535/08 do CMN e Deliberação CVM nº 489/05.

Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados nas notas explicativas (Nota 8a).

Passivos Contingentes: são constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação (Nota 8b e c).

Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias: decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras (Nota 8b).

i) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base "pro-rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base "pro-rata" dia).

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Disponibilidades em moeda nacional.....	22	108
Total de disponibilidades (caixa)	22	108
Total caixa e equivalentes de caixa	22	108

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Vencimentos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	91 a 180 dias	Total	
	2009	2008	
Aplicações em depósitos interfinanceiros	266.444	266.444	265.529
Total em 2009	-	266.444	
Total em 2008	265.529		265.529

b) As receitas de aplicações interfinanceiras no montante de R\$ 24.701 mil (2008 - R\$ 29.764 mil) foram registradas em resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Nota 6b).

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação por categorias e prazos

Títulos (1)	Em 31 de dezembro - R\$ mil							
	2009		Valor de mercado/contábil (2)		Valor de custo atualizado		2008	
	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias			Marcação a mercado	Valor de mercado/contábil (2)	Marcação a mercado
Títulos para negociação:								
Certificados de depósito bancário	-	67	690	757	757	-	414	-
Debêntures	-	610	421	1.031	1.031	-	669	-
Letras do tesouro nacional	-	279	-	279	279	-	4.584	15
Notas do tesouro nacional	-	878	4.336	5.214	5.214	-	250	-
Letras financeiras do tesouro	-	416	14.375	14.791	14.793	(2)	3.135	(2)
Total em 2009	-	2.250	19.822	22.072	22.074	(2)		
Total em 2008	1.374	3.946	3.732				9.052	13

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento administrados pelo Conglomerado Bradesco, foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras e no caso de operações compromissadas pelos respectivos papéis que estão lastreando as operações, preservando a classificação da categoria dos fundos. Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil; e

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimentos, o custo atualizado reflete o valor das respectivas cotas.

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b).....	24.701	29.764
Títulos de renda fixa	393	570
Fundos de investimento.....	1.378	579
Total	26.472	30.913

c) A Zogbi Leasing S.A. Arrendamento Mercantil não possuía posição de instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008.

7) OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Devedores por depósitos em garantia.....	783	749
Créditos tributários (Nota 15c).....	429	453
Opções por incentivos fiscais	26	26
Outros.....	2	-
Total	1.240	1.228

8) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras". Nos processos em que é exigido depósito judicial, o valor das contingências trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos.

II - Obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

III - Movimentação das provisões constituídas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	Trabalhistas	Fiscais e Previdenciárias (1)
Saldos no início do exercício	41	344
Reversão de provisão	-	(121)
Pagamentos.....	(14)	-
Atualização monetária.....	1	35
Saldos no final do exercício (Nota 9).....	28	258

(1) Compreende, substancialmente, obrigações legais.

c) Passivos Contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "re" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de sucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

d) Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, não há processos contingentes avaliados como de perda possível de natureza relevante.

9) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	8.506	9.362
Provisão para riscos fiscais (Nota 8b)	258	344
Impostos e contribuições a recolher	96	141
Provisão para impostos e contribuições diferidas (Nota 15c).....	58	43
Total	8.918	9.890

b) Diversos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Provisão para pagamento a efetuar	107	67
Provisão para contingências trabalhistas (Nota 8b)	28	41
Total	135	108

10) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) O capital social, totalmente subscrito e integralizado no montante de R\$ 172.000 mil (2008 - R\$ 172.000 mil) é composto por 127.699.786 ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

O BACEN homologou em 15 de janeiro de 2009, a Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de novembro de 2008, deliberando aumentar o capital social no montante de R\$ 1.400 mil, elevando-o de



...Continuação

Zogbi Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 74.533.787/0001-93

Sede: Cidade de Deus - Prédio Novíssimo - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

R\$ 170.600 mil para R\$ 172.000 mil sem emissão de novas ações, mediante a utilização de parte do saldo de "Reservas de Lucro - Reserva Estatutária", no valor de R\$ 130 mil e o total do saldo registrado contabilmente em "Reservas de Capital - Incentivos Fiscais", no valor de R\$ 1.270 mil.

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Reservas de Lucros	108.583	93.747
- Reserva Legal (1)	8.173	7.424
- Reserva Estatutária (2)	100.410	86.323

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos

Aos acionistas está assegurado dividendos mínimo obrigatório, em cada exercício, de importância não inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. No exercício foram provisionados dividendos no montante de R\$ 142 mil (2008 - R\$ 172 mil), correspondendo a R\$ 1,11 (2008 - R\$ 1,35) por lote de mil ações. Os dividendos do exercício de 2008 foram pagos em dezembro de 2009.

11) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Propaganda e publicidade	108	127
Serviços de terceiros	101	8
Serviços técnicos especializados	39	29
Sistema financeiro	8	8
Donativos e contribuições	61	284
Outras	28	5
Total	345	461

12) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
COFINS	1.061	1.237
PIS	172	201
CPMF	-	16
Total	1.233	1.454

13) OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Reversão de provisões operacionais	121	-
Variações monetárias	(122)	(103)
Provisão para contingências - cíveis	(32)	(33)
Outras	(24)	15
Total	(57)	(121)

14) TRANSAÇÕES COM O CONTROLADOR E EMPRESAS LIGADAS

a) As transações com o controlador e empresas ligadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2009 Ativos (passivos)	2008 Ativos (passivos)	2009 Receitas (despesas)	2008 Receitas (despesas)
Disponibilidades:				
Banco Bradesco S.A.	22	108	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros:				
Banco Bradesco S.A.	266.444	265.529	24.701	29.764
Dividendos:				
Banco Finasa BMC S.A.	(142)	(172)	-	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é distribuída em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Os administradores abdicaram do direito ao recebimento da remuneração, posto que recebem honorários de outra empresa da Organização.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

15) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	24.923	29.003
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente (1)	(9.969)	(11.601)
Efeitos das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Despesas indedutíveis líquidas das receitas não tributáveis	-	(91)
Benefício fiscal	-	252
Efeito do diferencial da alíquota da Contribuição Social (2)	-	515
Outros valores	24	60
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(9.945)	(10.865)

(1) A partir de 1º de maio de 2008 a alíquota da contribuição social para as empresas do setor financeiro foi para 15%, de acordo com a Medida Provisória nº 413, de 3 de janeiro de 2008 (convertida na Lei nº 11.727 de 23 de junho de 2008), (Nota 3f); e

(2) Refere-se à equalização da alíquota efetiva a Contribuição Social em relação à alíquota (40%) demonstrada.

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(9.921)	(10.927)
Impostos diferidos:		
Constituição/(realização) no exercício, sobre adições temporárias	(24)	62
Total dos impostos diferidos	(24)	62
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(9.945)	(10.865)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil		
	Saldo em 31.12.2008	Consti-tuição	Saldo em 31.12.2009
Provisões para perda de investimentos	256	-	256
Provisões para bens não de uso	31	-	30
Provisões para contingências fiscais e trabalhistas	140	14	100
Outros valores	26	32	43
Total dos créditos tributários (Nota 7)	453	46	429
Obrigações fiscais diferidas (Nota 9a)	43	20	58
Total dos créditos tributários	410	26	371

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2010	73	44	117
2011	96	58	154
2012	89	53	142
2013	5	3	8
2014	5	3	8
Total	268	161	429

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não é diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação praticada pela Organização Bradesco, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 398 mil (2008 - R\$ 413 mil), de diferenças temporárias.

A DIRETORIA

Célio Magalhães – Contador – CRC 1SP199295/O-5

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores

Zogbi Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Zogbi Leasing S.A. Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 e do segundo semestre de 2009, elaborados sob a responsabilidade da administração da Instituição. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Instituição; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e

(c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Instituição, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Somos de parecer que as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Zogbi Leasing S.A. Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido, os fluxos de caixa e os valores adicionados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 e do segundo semestre de 2009, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 27 de janeiro de 2010

PRICEWATERHOUSECOOPERS

Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador
CRC 1SP172940/O-6

SANTOS-BRASIL S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.084.220/0001-76 - NIRE 35.3.0033455-8

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Edital de Convocação

Ficam convidados os Senhores Acionistas da Santos-Brasil S.A. ("Companhia") a se reunir em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 26 de março de 2010, às 10:30 horas, na sede social da Companhia, localizada na Cidade e Estado de São Paulo na Rua Dr. Eduardo de Souza Aranha, nº 387, 2º andar, conjunto 22, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **a - Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31/12/2009; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (iii) eleger os membros do conselho de administração e do conselho fiscal; (iv) deliberar, conforme o disposto no artigo 23 do Estatuto Social da Companhia, sobre o valor global da remuneração dos administradores da Companhia para o exercício de 2010; **b - Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) deliberar sobre o aumento do número máximo de membros do Conselho de Administração e seus respectivos suplentes, passando para 11 membros e, conseqüentemente, atualizar o artigo 9º do estatuto social da Companhia para refletir tal deliberação.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2010

Santos-Brasil S.A.

Richard Kliën

Presidente do Conselho de Administração

LEX EDITORA S.A.

CNPJ nº 61.160.768/0001-17 - NIRE 35.300.022.475

Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária - Edital de Convocação
Ficam os srs. acionistas convidados a se reunirem no dia 05/03/10, às 15 hs, na sede social, à R. da Consolação, 77, 9º andar, cj. 91, em São Paulo/SP, a fim de discutir e deliberar acerca da seguinte ordem do dia: (i) exame, discussão e votação as demonstrações financeiras relativas ao exerc. social encerrado em 31.12.09; (ii) análise, discussão e aprovação do Protocolo e Justificação de Incorporação da Lex Administração S.A. pela Cia, datado de 18/02/10 ("Protocolo e Justificação Lex Administração"), cópia do qual encontra-se à disp. dos srs. acionistas na sede social da Cia; (iii) aprovação e ratificação da nomeação e contratação dos peritos responsáveis pela elaboração do laudo de avaliação contábil do patrimônio líquido da Lex Administração, a ser vertido p/a Cia; (iv) analisar, discutir e aprovar o laudo de avaliação contábil do patrimônio líquido da Lex Administração, cópia do qual encontra-se à disp. dos srs. acionistas na sede social da Cia; (v) discussão e aprovação da incorporação da Lex Administração pela Cia, nos termos e condições estabelecidos no Protocolo e Justificação da Lex Administração; (vi) outorga de poderes à administração da Cia p/prática dos atos necessários à implementação e à formalização da incorporação a ser deliberada na assembléia a que se refere este edital; e (vii) discussão sobre outros assuntos de interesse social, inclusive a atual condição financeira da Cia e o atual desempenho de suas atividades, bem como os planos futuros p/sua reestruturação. SP, 22/02/10. Carlos Sérgio Serra - Dir-Presidente. (24, 25 e 26)

Auto Posto Movimento Ltda., torna público que recebeu da CETESB a Licença Prévia e de Instalação Nº 33000339 para combustíveis para veículos automotores (postos de abastecimento), comércio à Rua David Eid, 1.211, Vila Castelo, São Paulo - SP.

Parmalat Brasil S/A Ind. de Alimentos

Em Recuperação Judicial

CNPJ nº 89.940.878/0001-10 • NIRE nº 35.300.171.161

Companhia Aberta - CVM nº 01258-0

Retificação da Convocação da AGE de Acionistas

Altera-se a data de realização da Assembleia de 03/03/2010 para 04/03/2010, retificando o Item 2 da ordem do dia publicada anteriormente. Ficam convidados os Srs. Acionistas de **Parmalat Brasil S/A Ind. de Alimentos**, em Recuperação Judicial, a se reunirem em AGE, no dia 04/03/2010, às 10hs, na sede social da Cia localizada na Av. Brig. Faria Lima, 1.384, 1º and., Jd. Paulistano, São Paulo/SP, a fim de deliberar sobre as seguintes Ordens do Dia: **1.** Aprovação do resgate das ações remanescentes da Oferta Pública de Ações, em face do cancelamento de registro de Cia Aberta da Cia; **2.** Alteração dos seguintes Arts. do Estatuto Social: 1º, 4º, 6º, 9º, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 39, 40 e 41. Diante da revogação da Seção II-Conselho de Administração (arts. 19 à 22), se faz necessário a renumeração dos arts. subseqüentes à referida seção; **3.** Eleição de membros para composição da Diretoria; **4.** Consolidação do Estatuto Social da Cia; e **5.** Ratificação dos atos praticados pela Diretoria e pelo Conselho desde a última Assembleia geral de acionistas realizada em 28/09/2009. Consoante o Estatuto Social, serão admitidos à Assembleia os titulares de ações nominativas cujos nomes estejam inscritos no respectivo registro até a data da realização da Assembleia. S. Paulo, 20/02/2010. Marcus Alberto Elias-Presidente do Conselho de Administração

LITORAL COQUE LTDA., torna público que requereu da CETESB a Renovação da Licença de Operação nº 18001104 para beneficiamento de minerais não-metálicos, sito à Rod. Padre Manoel da Nóbrega, s/nº Km 277,5 - Humaitá - São Vicente/SP - CEP 11300-000.



Zogbi Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 74.533.787/0001-93

Sede: Cidade de Deus - Prédio Novíssimo - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
No exercício, a Zogbi Leasing registrou Lucro Líquido de R\$ 14,978 milhões, correspondente a R\$ 117,29 por lote de mil ações, Patrimônio Líquido de R\$ 280,583 milhões e Ativos Totais de R\$ 289,778 milhões.

Apresentamos a V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Zogbi Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Zogbi Leasing), elaboradas na forma da Legislação Societária, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009. Osasco, SP, 27 de janeiro de 2010.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil					
	2009	2008		2009	2008
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE	288.682	274.836	CIRCULANTE	8.939	9.742
DISPONIBILIDADES (Nota 4).....	22	108	OUTRAS OBRIGAÇÕES.....	8.939	9.742
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a).....	266.444	265.529	Sociais e Estatutárias.....	142	172
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros.....	266.444	265.529	Fiscais e Previdenciárias (Nota 9a).....	8.690	9.503
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6a).....	22.072	9.052	Diversas (Nota 9b).....	107	67
Carteira Própria.....	21.740	4.166	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	256	428
Vinculados à Prestação de Garantias.....	332	4.886	OUTRAS OBRIGAÇÕES.....	256	428
OUTROS CRÉDITOS.....	144	147	Fiscais e Previdenciárias (Nota 9a).....	228	387
Diversos (Nota 7).....	144	147	Diversas (Nota 9b).....	28	41
OUTROS VALORES E BENS.....	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	280.583	265.477
Outros Valores e Bens.....	76	77	Capital:		
Provisões para Desvalorizações.....	(76)	(77)	- De Domiciliados no País (Nota 10a).....	172.000	172.000
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.096	1.081	Reservas de Lucros (Nota 10b).....	108.583	93.747
OUTROS CRÉDITOS.....	1.096	1.081			
Diversos (Nota 7).....	1.096	1.081			
TOTAL	289.778	275.917	TOTAL	289.778	275.917

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil			
	2º Semestre 2009	Exercícios findos em 31 de dezembro	
		2009	2008
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	11.995	26.558	31.013
Operações de Crédito.....	1	86	100
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6b).....	11.994	26.472	30.913
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	11.995	26.558	31.013
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(640)	(1.635)	(2.036)
Outras Despesas Administrativas (Nota 11).....	(80)	(345)	(461)
Despesas Tributárias (Nota 12).....	(560)	(1.233)	(1.454)
Outras Recreitas Operacionais (Nota 13).....	44	191	68
Outras Despesas Operacionais (Nota 13).....	(44)	(248)	(189)
RESULTADO OPERACIONAL	11.355	24.923	28.977
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	-	-	26
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	11.355	24.923	29.003
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 15)	(4.530)	(9.945)	(10.865)
LUCRO LÍQUIDO	6.825	14.978	18.138
Número de ações (Nota 10a).....	127.699.786	127.699.786	127.699.786
Lucro por lote de mil ações em R\$.....	53,45	117,29	142,04

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil			
	2º Semestre 2009	Exercícios findos em 31 de dezembro	
		2009	2008
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	11.355	24.923	29.003
Ajustes ao lucro líquido antes dos impostos:	2	(86)	44
Despesas com Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas.....	2	(86)	44
Lucro Líquido Ajustado	11.357	24.837	29.047
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	(11.029)	(915)	(7.608)
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.....	574	(13.020)	(3.096)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens.....	(13)	(34)	(121)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações.....	(10)	153	(8.933)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(695)	(10.935)	(9.184)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado das Atividades Operacionais	184	86	105
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:			
Dividendos Pagos.....	(172)	(172)	-
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamento	(172)	(172)	-
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	12	(86)	105
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Início do Período.....	10	108	3
Fim do Período.....	22	22	108
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	12	(86)	105

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil							
Eventos	Capital Social			Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Totais
	Capital Social Realizado	Aumento de Capital	Reservas de Capital	Legal	Estatutárias		
Saldos em 30.6.2009	172.000	-	-	7.832	93.991	-	273.823
Lucro Líquido.....	-	-	-	-	-	6.825	6.825
Destinações: - Reservas.....	-	-	-	341	6.419	(6.760)	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	-	-	(65)	(65)
Saldos em 31.12.2009	172.000	-	-	8.173	100.410	-	280.583
Saldos em 31.12.2007	170.600	-	1.270	6.517	69.394	-	247.781
Aumento de Capital com Reservas.....	-	1.400	(1.270)	-	(130)	-	-
Lucro Líquido.....	-	-	-	-	-	18.138	18.138
Destinações: - Reservas.....	-	-	-	907	17.059	(17.966)	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	-	-	(172)	(172)
Saldos em 31.12.2008	170.600	1.400	-	7.424	86.323	-	265.747
Saldos em 31.12.2008	170.600	1.400	-	7.424	86.323	-	265.747
Homologação de Aumento de Capital.....	1.400	(1.400)	-	-	-	-	-
Lucro Líquido.....	-	-	-	-	-	14.978	14.978
Destinações: - Reservas.....	-	-	-	749	14.087	(14.836)	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	-	-	(142)	(142)
Saldos em 31.12.2009	172.000	-	-	8.173	100.410	-	280.583

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil						
Descrição	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2009	%	2009	%	2008	%
1 - RECEITAS	11.995	100,7	26.501	101,3	30.918	101,5
1.1) Intermediação Financeira	11.995	100,7	26.558	101,5	31.013	101,8
1.2) Outras	-	-	(57)	(0,2)	(95)	(0,3)
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(80)	(0,7)	(345)	(1,3)	(461)	(1,5)
Serviços de Terceiros.....	-	-	(101)	(0,4)	(8)	-
Outras.....	(80)	(0,7)	(244)	(0,9)	(453)	(1,5)
Donativos e Contribuições Patronal.....	-	-	(61)	(0,2)	(284)	(0,9)
Publicação.....	(63)	(0,5)	(108)	(0,4)	(127)	(0,4)
Serviços Técnicos Especializados.....	(13)	(0,1)	(39)	(0,2)	(29)	(0,1)
Serviços do Sistema Financeiro.....	(4)	(0,1)	(8)	-	(8)	-
Outras.....	-	-	(28)	(0,1)	(5)	(0,1)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	11.915	100,0	26.156	100,0	30.457	100,0
4 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	11.915	100,0	26.156	100,0	30.457	100,0
5 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	11.915	100,0	26.156	100,0	30.457	100,0
5.1) Impostos, Taxas e Contribuições	5.090	42,7	11.178	42,7	12.319	40,4
Federal.....	5.090	42,7	11.178	42,7	12.319	40,4
5.2) Remuneração de Capitais Próprios	6.825	57,3	14.978	57,3	18.138	59,6
Dividendos.....	65	0,6	142	0,6	172	0,6
Lucros Retidos.....	6.760	56,7	14.836	56,7	17.966	59,0

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Zogbi Leasing S.A. Arrendamento Mercantil tem como objetivo, exclusivamente, a prática das operações de arrendamento mercantil, observadas as disposições da legislação em vigor. É parte integrante da Organização Bradesco, sendo suas operações conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiro e de capitais, utilizando-se dos recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos, e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), para a contabilização das operações, associadas às Normas e Instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. Incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - *impairment* de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

As alterações introduzidas, respectivamente, pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), não produziram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Instituição.

3) PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Organização Bradesco.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro-rata" dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em ouro, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor de custo, que são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários

Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda - que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e

Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é registrada na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias".

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A partir de 1º de maio de 2008 a contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas financeiras (até 30 de abril de 2008 a alíquota era de 9%, sendo que o cálculo no exercício de 2008 foi efetuado de acordo com as normas específicas emitidas pelas autoridades tributárias).

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

De acordo com a Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), as modificações no critério de reconhecimento de receita, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição - RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção da Lei nº 11.638/07 estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

g) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - (impairment)

Os valores dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para a venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável - *impairment*, que é reconhecida no resultado do exercício se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa exceder seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

h) Ativos e Passivos contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.535/08 do CMN e Deliberação CVM nº 489/05.

Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados nas notas explicativas (Nota 8a).

Passivos Contingentes: são constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação (Nota 8b e c).

Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias: decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras (Nota 8b).

i) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base "pro-rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base "pro-rata" dia).

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Disponibilidades em moeda nacional.....	22	108
Total de disponibilidades (caixa)	22	

...Continuação

Zogbi Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 74.533.787/0001-93

Sede: Cidade de Deus - Prédio Novíssimo - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

Gestão, Elaboração e Divulgação de Relatórios de Análise Econômica, Financeira e Demonstrações Financeiras Consolidadas da Organização Bradesco

ISO 9001

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

III - Movimentação das provisões constituídas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	Trabalhistas	Fiscais e Previdenciárias (1)
Saldos no início do exercício	41	344
Reversão de provisão	-	(121)
Pagamentos	(14)	-
Atualização monetária	1	35
Saldos no final do exercício (Nota 9)	28	258

(1) Compreende, substancialmente, obrigações legais.

c) Passivos Contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

d) Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, não há processos contingentes avaliados como de perda possível de natureza relevante.

9) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	8.506	9.362
Provisão para riscos fiscais (Nota 8b)	258	344
Impostos e contribuições a recolher	96	141
Provisão para impostos e contribuições diferidas (Nota 15c)	58	43
Total	8.918	9.890

b) Diversos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Provisão para pagamento a efetuar	107	67
Provisão para contingências trabalhistas (Nota 8b)	28	41
Total	135	108

10) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) O capital social, totalmente subscrito e integralizado no montante de R\$ 172.000 mil (2008 - R\$ 172.000 mil) é composto por 127.699.786 ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

O BACEN homologou em 15 de janeiro de 2009, a Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de novembro de 2008, deliberando aumentar o capital social no montante de R\$ 1.400 mil, elevando-o de R\$ 170.600 mil para R\$ 172.000 mil sem emissão de novas ações, mediante a utilização de parte do saldo de "Reservas de Lucro - Reserva Estatutária", no valor de R\$ 130 mil e o total do saldo registrado contabilmente em "Reservas de Capital - Incentivos Fiscais", no valor de R\$ 1.270 mil.

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Reservas de Lucros	108.583	93.747
- Reserva Legal (1)	8.173	7.424
- Reserva Estatutária (2)	100.410	86.323

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos

Aos acionistas está assegurado dividendos mínimo obrigatório, em cada exercício, de importância não inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. No exercício foram provisionados dividendos no montante de R\$ 142 mil (2008 - R\$ 172 mil), correspondendo a R\$ 1,11 (2008 - R\$ 1,35) por lote de mil ações. Os dividendos do exercício de 2008 foram pagos em dezembro de 2009.

11) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Propaganda e publicidade	108	127
Serviços de terceiros	101	8
Serviços técnicos especializados	39	29
Sistema financeiro	8	8
Donativos e contribuições	61	284
Outras	28	5
Total	345	461

12) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
COFINS	1.061	1.237
PIS	172	201
CPMF	-	16
Total	1.233	1.454

13) OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Reversão de provisões operacionais	121	-
Variações monetárias	(122)	(103)
Provisão para contingências - cíveis	(32)	(33)
Outras	(24)	15
Total	(57)	(121)

Aos Administradores

Zogbi Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Zogbi Leasing S.A. Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 e do segundo semestre de 2009, elaborados sob a responsabilidade da administração da Instituição. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Instituição; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Instituição, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

14) TRANSAÇÕES COM O CONTROLADOR E EMPRESAS LIGADAS

a) As transações com o controlador e empresas ligadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2009 Ativos (passivos)	2008 Ativos (passivos)	2009 Receitas (despesas)	2008 Receitas (despesas)
Disponibilidades:				
Banco Bradesco S.A.	22	108	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros:				
Banco Bradesco S.A.	266.444	265.529	24.701	29.764
Dividendos:				
Banco Finasa BMC S.A.	(142)	(172)	-	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é distribuída em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Os administradores abdicaram do direito ao recebimento da remuneração, posto que recebem honorários de outra empresa da Organização.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

15) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	24.923	29.003
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente (1)	(9.969)	(11.601)
Efeitos das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Despesas indebitáveis líquidas das receitas não tributáveis	-	(91)
Benefício fiscal	-	252
Efeito do diferencial da alíquota da Contribuição Social (2)	-	515
Outros valores	24	60
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(9.945)	(10.865)

(1) A partir de 1º de maio de 2008 a alíquota da contribuição social para as empresas do setor financeiro foi para 15%, de acordo com a Medida Provisória nº 413, de 3 de janeiro de 2008 (convertida na Lei nº 11.727 de 23 de junho de 2008), (Nota 3); e

(2) Refere-se à equalização da alíquota efetiva a Contribuição Social em relação à alíquota (40%) demonstrada.

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(9.921)	(10.927)
Impostos diferidos:		
Constituição/(realização) no exercício, sobre adições temporárias	(24)	62
Total dos impostos diferidos	(24)	62
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(9.945)	(10.865)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2008	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2009
Provisões para perda de investimentos	256	-	-	256
Provisões para bens não de uso	31	-	1	30
Provisões para contingências fiscais e trabalhistas	140	14	54	100
Outros valores	26	32	15	43
Total dos créditos tributários (Nota 7)	453	46	70	429
Obrigações fiscais diferidas (Nota 9a)	43	20	5	58
Total dos créditos tributários	410	26	65	371

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2010	73	44	117
2011	96	58	154
2012	89	53	142
2013	5	3	8
2014	5	3	8
Total	268	161	429

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não é diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação praticada pela Organização Bradesco, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 398 mil (2008 - R\$ 413 mil), de diferenças temporárias.

A DIRETORIA

Célio Magalhães - Contador - CRC 1SP199295/O-5

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

3. Somos de parecer que as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Zogbi Leasing S.A. Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido, os fluxos de caixa e os valores adicionados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 e do segundo semestre de 2009, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 27 de janeiro de 2010

PRICEWATERHOUSECOOPERS

Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador
CRC 1SP172940/O-6

Será possível governar melhor a região sem o FMI e os EUA.

O presidente boliviano, Evo Morales.

Criada a 'OEA do B' sem EUA

Após fracasso durante crise em Honduras, países da América Latina e Caribe formam novo bloco regional para reduzir papel dominante de Washington.

Os 32 chefes de Estado e de governo da América Latina e do Caribe concordaram ontem em formar um novo organismo diplomático que não inclui os Estados Unidos e o Canadá. No entanto, a criação do bloco, batizado provisoriamente de Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), não solucionou as fissuras que ainda dividem a região.

Depois que muitos afirmaram que a Organização dos Estados Americanos (OEA) fracassou em suas tentativas para integrar a região, os países concordaram com as linhas gerais para estabelecer o bloco que busca uma voz única em fóruns multilaterais sem um papel dominante de Washington.

Houve divergências na reunião, mas no fim prevaleceu a identidade comum.

FELIPE CALDERÓN

A Cúpula da Unidade dos países latino-americanos, realizada em Cancún, no México, foi marcada pelas divergências - o bate-boca entre o líder venezuelano, Hugo Chávez, e o colombiano, Álvaro Uribe, ofuscou alguns dos temas.

Identidade - O presidente mexicano, Felipe Calderón, afirmou que a cúpula foi um "sucesso" e tentou minimizar as divergências. "Houve divergências na reunião, mas no fim prevaleceu a identidade comum da região", disse.

A nova comunidade será "um espaço regional próprio que reúne todos os Estados latino-americanos" para "consolidar a identidade latino-americana e caribenha", segundo a declaração final da cúpula, que tem 88 parágrafos.

"Podemos dizer que o sonho de Simon Bolívar foi realizado", disse Chávez. Para ele, o bloco sem



Líderes da América Latina e do Caribe debatem criação da Celac durante cúpula em Cancún: voz única em fóruns multilaterais.

os EUA prova que o mundo mudou, "que não será dominado pelo império norte-americano".

Para o presidente boliviano, Evo Morales, a organização lançada vai permitir à América Latina que "se liberte dos Estados Unidos". "A OEA é uma entidade que escuta mais os impérios do que os povos", afirmou.

Raúl Castro, presidente de Cuba, afirmou

que o novo bloco é de "transcendência histórica". A entidade será composta por 33 países - Honduras foi convidada.

Malvinas - Os países aprovaram também uma declaração de apoio à soberania da Argentina sobre as Ilhas Malvinas. "Os chefes de Estado e de governo aqui presentes reafirmam seu respaldo aos legítimos direitos da República

Argentina na disputa de soberania com a Grã-Bretanha sobre a questão das Ilhas Malvinas".

Eles pedem para que Grã-Bretanha e Argentina "retomem negociações para alcançar uma solução justa, pacífica e definitiva". (Agências)

Veja mais na página 20